

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Relatório da Administração	11
----------------------------	----

Notas Explicativas	12
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	21
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	24
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	25
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.206.703.827
Preferenciais	0
Total	1.206.703.827
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
1	Ativo Total	335.104	337.176	204.200
1.01	Ativo Circulante	336	470	546
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	291	430	516
1.01.01.01	Depósitos Bancários	3	1	2
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	288	429	514
1.01.06	Tributos a Recuperar	45	40	30
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	45	40	30
1.02	Ativo Não Circulante	334.768	336.706	203.654
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	334.768	336.706	203.654
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através de Outros Resultados Abrangentes	334.758	336.698	0
1.02.01.02.01	Cotas de Fundos de Investimentos	334.758	336.698	0
1.02.01.03	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	0	0	203.649
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	10	8	5
1.02.01.10.03	Depósito Judicial	10	8	5

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2018	Penúltimo Exercício 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 31/12/2016
2	Passivo Total	335.104	337.176	204.200
2.01	Passivo Circulante	0	9	6
2.01.03	Obrigações Fiscais	0	9	6
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	0	9	6
2.01.03.01.02	Pis e Cofins a Pagar	0	9	6
2.02	Passivo Não Circulante	304.328	261.021	215.534
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	249.034	207.562	200.760
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	249.034	207.562	200.760
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	249.034	207.562	200.760
2.02.02	Outras Obrigações	11.136	8.608	14.774
2.02.02.02	Outros	11.136	8.608	14.774
2.02.02.02.03	Imposto de Renda sobre os Empréstimos	11.126	8.608	14.774
2.02.02.02.04	Pis e Cofins com Exigibilidade Suspensa	10	0	0
2.02.03	Tributos Diferidos	44.158	44.851	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	44.158	44.851	0
2.03	Patrimônio Líquido	30.776	76.146	-11.340
2.03.01	Capital Social Realizado	3.461	3.461	3.461
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-59.636	-15.513	-14.801
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	86.951	88.198	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-156	-123	-140
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-156	-123	-140
3.04.02.01	Receitas (Despesas) Tributárias	-36	-21	-22
3.04.02.02	Despesas Administrativas	-120	-102	-118
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-156	-123	-140
3.06	Resultado Financeiro	-43.967	-589	38.029
3.06.01	Receitas Financeiras	43.520	29.708	76.664
3.06.02	Despesas Financeiras	-87.487	-30.297	-38.635
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-44.123	-712	37.889
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-44.123	-712	37.889
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-44.123	-712	37.889
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	-0,03657	-0,00059	0,03140

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	-44.123	-712	37.889
4.02	Outros Resultados Abrangentes	86.951	88.198	0
4.02.01	Ganho (Perda) em Ativos Financeiros Disponíveis Para Venda	131.109	133.049	0
4.02.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-44.158	-44.851	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	42.828	87.486	37.889

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-139	-86	-80
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-136	-76	-67
6.01.01.01	(Prejuízo) Lucro do Exercício	-44.123	-712	37.889
6.01.01.03	Variação Cambial sobre Empréstimos	35.814	3.130	-39.343
6.01.01.04	Juros sobre Empréstimos	5.658	3.671	3.128
6.01.01.05	Imposto de Renda sobre Empréstimos	2.518	-6.165	-1.741
6.01.01.06	Variações Monetárias Líquidas	-3	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-3	-10	-13
6.01.02.01	Impostos e Contribuições a Recuperar	-2	-10	-13
6.01.02.04	Depósito Judicial	-2	-3	-4
6.01.02.05	Impostos e Contribuições a Recolher	1	3	4
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-139	-86	-80
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	430	516	596
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	291	430	516

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/12/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.461	0	0	-15.513	88.198	76.146
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.461	0	0	-15.513	88.198	76.146
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-44.123	-1.247	-45.370
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-44.123	0	-44.123
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-1.247	-1.247
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	-1.247	-1.247
5.07	Saldos Finais	3.461	0	0	-59.636	86.951	30.776

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/12/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.461	0	0	-14.801	0	-11.340
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.461	0	0	-14.801	0	-11.340
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-712	88.198	87.486
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-712	0	-712
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	88.198	88.198
5.05.02.01	Ajustes de Instrumentos Financeiros	0	0	0	0	88.198	88.198
5.07	Saldos Finais	3.461	0	0	-15.513	88.198	76.146

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 31/12/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.461	0	0	-52.690	0	-49.229
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.461	0	0	-52.690	0	-49.229
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.889	0	37.889
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.889	0	37.889
5.07	Saldos Finais	3.461	0	0	-14.801	0	-11.340

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2018 à 31/12/2018	Penúltimo Exercício 01/01/2017 à 31/12/2017	Antepenúltimo Exercício 01/01/2016 à 31/12/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-120	-102	-118
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-120	-102	-118
7.03	Valor Adicionado Bruto	-120	-102	-118
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-120	-102	-118
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	43.520	29.708	76.664
7.06.02	Receitas Financeiras	43.520	29.708	76.664
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	43.400	29.606	76.546
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	43.400	29.606	76.546
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	36	21	22
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	87.487	30.297	38.635
7.08.03.03	Outras	87.487	30.297	38.635
7.08.03.03.01	Juros e Variações Cambiais	87.487	30.297	38.635
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-44.123	-712	37.889
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-44.123	-712	37.889

Relatório da Administração

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ: 02.318.346/0001-68

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas., as demonstrações contábeis, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018.

Cumpre-nos informar que a Companhia neste exercício não adquiriu investimentos ou participações em coligadas ou controladas, assim como não realizou e/ou promoveu nenhuma mudança administrativa.

A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício social poderão ser examinados através das próprias Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Divulgação de Informações Sobre Serviços de Não Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM nº 381/2003, que trata da prestação de outros serviços pelos nossos auditores independentes – Grant Thornton Auditores Independentes, informamos que não há outros serviços prestados pelos mesmos a Opportunity Energia e Participações S.A..

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Opportunity Energia e Participações S.A.

OPPORTUNITY ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S.A.**Notas Explicativas às Informações Contábeis Intermediárias****Em 31 de Dezembro de 2018*****(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*****1 - Contexto Operacional**

A Opportunity Energia e Participações S.A. (“Companhia”), sociedade de capital aberto com sede na cidade do Rio de Janeiro, tem por objetivo a participação em outras sociedades, comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista, participação em empreendimentos imobiliários, participação, como quotista, em fundos de investimento regularmente constituídos.

Em 2015, a Companhia adquiriu 205,3267 cotas do Opportunity Agro Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior (“Agro FIP”). O Agro FIP foi constituído sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração determinado de 10 (dez) anos contados a partir da primeira integralização de cotas do fundo em novembro de 2013, prorrogável por deliberação da assembleia geral de cotistas, tem por objetivo proporcionar aos seus condôminos a valorização de suas cotas, mediante a aplicação em ações, debêntures, bônus de subscrição, ou outros títulos e valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de companhias, abertas ou fechadas, vide detalhes na nota explicativa 5.

Em 2015, na mesma operação envolvendo a aquisição de cotas do Agro FIP, a Companhia contraiu empréstimos em moeda estrangeira (US dólares) com vencimento em 30/11/2022, no montante de US\$48 milhões com encargos financeiros de 1% a.a. + Libor, vide detalhes na nota explicativa 6.

Até o momento a Companhia não exerce atividades operacionais, apresenta prejuízos acumulados e vem apresentando prejuízo recorrentes. Caso seja necessário obterá aportes de capital de seus acionistas para honrar seus compromissos de curto prazo. A Companhia está avaliando oportunidades de futuras aquisições e não tem nenhuma operação com previsão de ser finalizada até a data de emissão deste relatório.

2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis**2.1 Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis**

As Demonstrações Contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira, nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e Resoluções emitidas pelo CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

As Demonstrações Contábeis da Companhia estão sendo apresentadas conforme orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Contábeis e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

Notas Explicativas

a) Base de mensuração

Demonstrações Contábeis foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda do principal ambiente econômico onde a Companhia opera ("moeda funcional").

c) Data de autorização das Demonstrações Contábeis

As presentes Demonstrações Contábeis foram aprovadas pela diretoria em xx de xxxxx de 2019.

d) Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das Demonstrações Contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia e de sua controlada. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações contábeis intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas Demonstrações Contábeis.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos anualmente. Não houve alterações nas premissas e políticas contábeis em relação às informações anuais da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

2.2. Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidas recentemente

a) Entraram em vigor em 1º de janeiro de 2018:

IFRS 09 / CPC 48 - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos, nova metodologia de *impairment* para instrumentos financeiros e nova orientação para contabilidade de *Hedge*.

A Companhia avaliou a classificação e a mensuração dos ativos financeiros e de acordo com seu modelo de gerenciamento de ativos financeiros efetuou uma escolha irrevogável no reconhecimento inicial de apresentar as mudanças subsequentes no valor justo dos instrumentos de patrimônio detidos pela Companhia em outros resultados abrangentes.

b) Em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019:

IFRS 16 - Leasing – estabelece novos padrões de contabilização de arrendamento mercantil.

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações sejam editadas pelo CPC até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia não adotou tais pronunciamentos antecipadamente e os mesmos não representam impactos relevantes em suas Demonstrações Contábeis.

Notas Explicativas

Não houve alterações significativas, para essas Demonstrações Contábeis, nos Pronunciamentos e Interpretações Contábeis em relação aos divulgados nas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2017.

3 - Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

b) Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, os quais estão mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de até 90 dias a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A Companhia possui classificado em caixa e equivalentes de caixa saldo em aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda ou que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis; (b) investimentos mantidos até o vencimento; ou (c) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial" (líquido de impostos).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas

A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

(iv) Hierarquia de valor justo

A Companhia aplica a hierarquia do valor justo introduzida pelo CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação para todos os itens mensurados ao valor justo. A hierarquia concede prioridade máxima aos inputs do Nível 1 e prioridade mínima aos inputs do Nível 3. As premissas de cada nível seguem abaixo:

Nível 1: são preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos, que a entidade pode acessar na data de mensuração.

Nível 2: são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente.

Nível 3: são inputs baseados em dados não-observáveis.

c) Tributos a recuperar

São demonstrados pelos valores originais efetivamente recuperáveis no curso normal das operações, atualizados monetariamente de acordo com as regras legais, e representam créditos fiscais associados às retenções tributos federais.

d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são realizados para dar curso a discussões judiciais. São apresentados no ativo na expectativa de que ocorram desfecho favorável das questões para a Companhia.

e) Imposto de renda e contribuição social

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda ("IRPJ") e a contribuição social ("CSLL"). O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 mil no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência; portanto as adições ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos, quando aplicável. A Companhia não apurou lucro tributável no período.

f) Resultado por ação

O cálculo do resultado básico por ação é efetuado através da divisão do resultado do exercício, atribuído aos detentores de ações da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações durante o mesmo período.

O resultado diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais, respectivamente, que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais, diluídas em suas respectivas ações.

g) Demonstrações do valor adicionado

A apresentação da demonstração do valor adicionado (DVA) é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com os critérios definidos no

Notas Explicativas

Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, aplicáveis à companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

h) Demonstração dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4 - Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Depósitos bancários	3	1
Aplicações financeiras (a)	288	429
Total	<u>291</u>	<u>430</u>

(a) As aplicações financeiras de curto prazo são constituídas de quotas de fundos de investimentos de renda fixa, mantidos em instituições de primeira linha, prontamente conversíveis em caixa. Em 30 de junho de 2018, a remuneração média foi de 96% do CDI e, em 2017 a remuneração média foi de 98% do CDI. A seguir está apresentada a composição da carteira de aplicações financeiras:

<u>Fundo</u>	<u>Nível</u>	<u>Administradora</u>	<u>31/12/2018</u>		<u>31/12/2017</u>	
			<u>Quant. de cotas</u>	<u>Valor</u>	<u>Quant. de cotas</u>	<u>Valor</u>
Opportunity Top DI	1	BNY Mellon	66.578,60393	286	102.579,4501	416
Itaú Top DI FICFI	1	Itaú S.A.	411,21147	2	3.146,5464	13
				<u>288</u>		<u>429</u>

5 - Títulos e Valores mobiliários – Cotas de fundos de investimentos

Conforme descrito na nota explicativa nº 1, a Companhia detém 205,3267 cotas do Opportunity Agro Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior -FIP, administrado pela BNY Mellon Serviços Financeiros DTVM Ltda., representando 16,02% do patrimônio líquido do referido Fundo, no montante de R\$ 203.649, adquiridos em 2015 e que foram subscritas da seguinte forma:

- 1,01 cota no montante de R\$1.003, subscrita em dinheiro;
- 204,3167 cotas no montante de R\$202.646, subscritas da seguinte forma: R\$1.500 em dinheiro e R\$201.146 em debêntures simples não conversíveis emitidas pela PW 237 Participações S.A.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou as cotas do Agro FIP como disponível para venda, mantendo a intenção de não negociar as referidas cotas no curto e médio prazo, passando a reconhecer os ganhos e perdas da valoração das cotas no Patrimônio líquido como ajuste de avaliação patrimonial, líquido dos efeitos tributários, como segue:

Saldo	Ajuste	Total	Tributos	Saldo
31/12/2017	a valor justo		Diferidos	31/12/2018
	(a)		(b)	(c=a-b)

Notas Explicativas

Agro FIP	203.649	131.109	334.758	(45.577)	86.532
----------	---------	---------	---------	----------	--------

Em 31 de dezembro de 2018 o montante de títulos e valores mobiliários (cotas de fundos de investimento) foi atualizado ao valor justo, com base no valor da cota disponibilizado pela administradora do Fundo Agro FIP, com efeito líquido de tributos incorreu no resultado abrangente no período de R\$ 86.951.

6 - Partes relacionadas

a) Empréstimos

Representado pelos empréstimos em moeda estrangeira (dólar norte-americano) junto ao Prime Investment Services LLC., situado na Ilhas Virgens Britânica (BVI), com vencimento em 30 de novembro de 2022, conforme registros no Banco Central do Brasil através dos contratos de câmbio 128626716 no valor de US\$ 10.000.000, 128626275 no valor de US\$ 15.000.000 e 128625731 no valor de US\$ 23.000.000, realizados em 07 de abril de 2015, com encargos financeiros semestrais de 1% a.a. acima da Libor (6 meses), incidentes sobre o saldo devedor do principal.

Sobre estes empréstimos incide imposto de renda sobre o saldo dos encargos da dívida, os quais montam a R\$ 11.125 (R\$ 8.608 em dezembro de 2017), classificados como imposto de renda sobre empréstimos, no passivo não circulante.

Modalidade	Taxas	Principal	Encargos (VC + Juros)	Total
Capital Estrangeiro L.P. IRRF sobre encargos	1% a.a. + Libor	109.397	139.638	249.035 11.125 260.160

7 - Remuneração do pessoal chave da Administração

Benefícios de curto prazo a empregados e administradores - O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros e diretores estatutários da Companhia. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017, a remuneração anual deliberada ao pessoal-chave da Administração pelos serviços prestados foi de R\$ 390.

8 - Tributos diferidos

Representado pelas provisões do imposto de renda e da contribuição social, calculadas com base nas alíquotas vigentes sobre o saldo registrado a título de ajuste a valor patrimonial no patrimônio líquido, sobre os títulos e valores mobiliários classificados como disponível para venda no ativo não circulante, conforme descrito na nota explicativa nº 5.

9 - Patrimônio líquido

a) Capital social

Representado por 1.206.703.827 ações ordinárias, sem valor nominal. A Companhia poderá aumentar o seu capital social, independentemente de decisão em assembleia, até o limite de R\$ 1.000.000 (um bilhão de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração.

Notas Explicativas

b) Ajuste de avaliação patrimonial

Representado pelos ganhos não realizados, líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, entre o valor justo e o valor de custo das cotas do Agro FIP, registradas como títulos e valores mobiliários no ativo não circulante e classificadas como disponível para venda, conforme nota explicativa 5.

10 - Lucro/prejuízo por ação

Conforme requerido pelo CPC 41 (Resultado por ação), foram reconciliados o Lucro/prejuízo e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o prejuízo por ação básico e diluído:

	<u>Lucro (prejuízo) líquido do exercício</u>	<u>Quantidade de ações</u>	<u>Resultado por ação</u>
31/12/2018	(44.123.471,67)	1.206.703.827	(0,03657)
31/12/2017	(711.644,33)	1.206.703.827	(0,00059)

11 - Resultado financeiro líquido

Receitas financeiras	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Receita de variação cambial sobre empréstimo	42.174	21.834
Imposto de renda sobre empréstimos	1.323	7.827
Outras receitas financeiras	23	47
	<u>43.520</u>	<u>29.708</u>
Despesas financeiras		
Despesa de variação cambial sobre empréstimo	(77.988)	(24.964)
Imposto de renda sobre empréstimos	(3.841)	(1.662)
Juros sobre empréstimos	(5.658)	(3.671)
	<u>(87.487)</u>	<u>(30.297)</u>
Resultado financeiro Líquido	<u>(43.967)</u>	<u>(589)</u>

12 - Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Considerações gerais e políticas

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. Os riscos associados a estes instrumentos são gerenciados por meio de estratégias conservadoras, visando liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não contrata operações envolvendo derivativos financeiros como proteção à exposição aos riscos de mercado, moedas e taxas de juros, conforme política da Administração.

A Companhia analisou sua exposição a risco de mercado (incluindo risco de taxa de juros e câmbio), risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração.

Notas Explicativas

Estes riscos significativos de mercado que afetam a Companhia podem ser assim resumidos:

Risco de mercado

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos produzidos pela Empresa e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia.

Os resultados da Companhia não estão sujeitos a exposição, sensibilidade e variação dos preços de mercado por não está desenvolvendo nenhuma atividade operacional.

Risco de taxa de juros e taxa de câmbio

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré ou pós-fixadas.

A Companhia possui instrumentos financeiros em moeda estrangeira, estando, portanto, sujeita aos impactos oriundos das variações das taxas de câmbio.

Risco de crédito

As políticas de crédito da fixadas pela Administração visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Este objetivo é alcançado pela Administração por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes que considera a capacidade de pagamento (análise de crédito).

No que tange as instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco.

Risco de liquidez

Representa o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

A tabela a seguir apresenta os fluxos financeiros dos passivos da Companhia e os respectivos prazos de vencimento, conforme nota 6. A Companhia possui ativos líquidos suficientes para cobrir as saídas de caixa.

Obrigações	31/12/2018 Fluxo contratual		31/12/2017 Fluxo contratual	
	Até 12 meses	Acima de 12 meses	Até 12 meses	Acima de 12 meses
Partes relacionadas	-	244.529	-	207.562
Total de obrigações		244.529		207.562

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade

Conforme requerido pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Sociedade deve apresentar uma análise de sensibilidade para cada tipo de risco de mercado considerando relevante pela Administração originada por instrumentos financeiros, ao qual a entidade esteja exposta na data de encerramento de cada exercício.

A Sociedade possui exposição com relação às variações dos índices pós-fixados que afetam tanta a receita financeira quanto a despesa financeira. A mediana da expectativa de mercado, conforme dados retirados no Banco Central do Brasil (Relatório Focus), indicavam:

	Taxa efetiva estimada para 2019
CDI	6,50%
DÓLAR	R\$ 3,85

Adicionalmente, a Administração efetuou teste de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% em relação ao cenário provável, para cada cenário e foram calculadas as receitas financeiras ou despesas financeiras não se levando em consideração a incidência de tributos. Dessa forma, teríamos o seguinte demonstrativo de análise de sensibilidade:

Operação	Fator de risco	Cenário provável	Cenário I - deterioração de 25%	Cenário II - deterioração de 50%
Ativos				
Indexador	CDI	6,50%	4,88%	3,25%
Aplicações financeiras				
R\$ 308 em 31/12/2018	-	20	15	10
Passivos				
Indexador	Dólar	R\$ 3,85	R\$ 4,81	R\$ 5,78
Partes relacionadas				
R\$ 249.034 em 31/12/2018	-	(3.269)	58.172	119.613

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Opportunity Energia e Participações S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Opportunity Energia e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Opportunity Energia e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

As demonstrações contábeis mencionadas no primeiro parágrafo foram preparadas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da Companhia. Conforme evidenciado nas demonstrações contábeis, a Companhia não vem exercendo atividades operacionais e vêm apurando prejuízos de forma recorrente. Essa situação indica a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. A continuidade das atividades operacionais da Companhia depende do sucesso de novos projetos, bem como do suporte financeiro por parte dos seus acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Títulos e valores mobiliários

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía cotas de fundos de investimentos, classificados como títulos e valores mobiliários disponíveis para venda, no montante de R\$334.758 mil. Esses títulos estão avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Devido sua representatividade em relação ao total do Patrimônio Líquido e os Ativos totais da Companhia, consideramos a contabilização dos ativos financeiros como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram: (a) com o apoio de nossos especialistas da área financeira, realizamos a avaliação da precificação da cota com base nas condições contratuais consideradas pela Administração na mensuração do valor justo dos ativos mantidos pelo fundo; (b) confirmação independente junto à instituição financeira administradora do fundo de investimento com relação a quantidade de cotas existentes em 31 de dezembro de 2018 e; (c) verificação da adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3 (b) e 5.

Com base na abordagem e nos procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e adequada divulgação do valor justo sobre as contas de fundos de investimento, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Partes relacionadas

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía empréstimo com partes relacionadas no montante de R\$260.160 mil, classificado no passivo não circulante. Esse empréstimo é avaliado ao custo amortizado, atualizado por juros e variação cambial e incidência de imposto de renda. Devido sua representatividade no total do Patrimônio líquido e nos Passivos totais da Companhia, consideramos a contabilização do passivo financeiro como o principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos incluíram o recálculo dos encargos (juros + Libor) e a respectiva provisão de impostos a recolher, bem como a confirmação da existência desse empréstimo por meio de confirmação independente. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto, incluídas nas notas 3 (b) e 6.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria executados, consideramos adequadas as premissas aplicadas no reconhecimento, mensuração e respectiva divulgação, no contexto da elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Marcio Romulo Pereira

CT CRC RJ- 076774-O - 7

Grant Thornton Auditores Independentes

CRC SP-025.583/O-1 "S" – RJ

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de diretores da Opportunity Energia e Participações S.A. ("Companhia"), sociedade por ação, com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 28º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.318.346/0001-68, nos termos do inciso VI do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2018.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Maria Amália Delfim de Melo Coutrim

Eduardo de Britto Pereira Azevedo

Diretora de Relações com Investidores

Diretor Econômico Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO

Declaramos, na qualidade de diretores da Opportunity Energia e Participações S.A. ("Companhia"), sociedade por ação, com sede na Av. Presidente Wilson nº 231, 28º andar (parte), Centro, Rio de Janeiro/RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.318.346/0001-68, nos termos do inciso V do parágrafo 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480 de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia (Grant Thornton Auditores Independentes) referentes as demonstrações contábeis da Companhia para o exercício social findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 28 de fevereiro de 2019.

Maria Amália Delfim de Melo Coutrim

Eduardo de Britto Pereira Azevedo

Diretora de Relações com Investidores

Diretor Econômico Financeiro